

## O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL: AS ESCOLAS E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA

SANTOS, Camila Casteliano Pereira  
dos<sup>1</sup>  
SILVA, Adriana Chaves da Silva<sup>2</sup>  
VAZ, Mayara Cristina vaz<sup>3</sup>  
SILVA, Thayanne Straub Jesus da<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta o movimento que os sujeitos do campo, veem construindo frente ao debate da educação do campo no município de Cerro Azul. Damos centralidade ao processo de fechamento de escolas colocado em pauta, pela esfera governamental, desde 2015. é desenvolvido por professoras que estão mobilizadas a contribuir com o movimento a favor das escolas públicas localizadas no campo. Reflete uma perspectiva teórico-metodológica em desenvolvimento, promovida desde a articulação da universidade e a escola pública e, na concepção da educação do campo, numa dimensão que compreende a organização da comunidade como condição fundamental para a efetivação de direitos e de transformação social.

**Palavras-chave:** Educação do campo, fechamento de escolas, escola pública

### ABSTRACT

This article presents the movement that the subjects of the field, see constructing in front of the debate of the education of the field in the municipality of Cerro Azul. We are central to the process of closing schools that have been in the agenda, through the governmental sphere, since 2015. It is developed by teachers who are mobilized to contribute to the movement in favor of public schools located in the countryside. It reflects a developing theoretical-methodological perspective, promoted from the articulation of the university and the public school and, in the conception of the education of the field, in a dimension that includes the organization of the community as a fundamental condition for the realization of rights and social transformation.

---

<sup>1</sup> Mestra em educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Integrante do NUPECAMP (Núcleo de pesquisa em Educação do Campo, movimentos sociais e práticas pedagógicas), professora do curso de Pedagogia da UniOpet, professora da rede municipal de Curitiba e de Almirante Tamandaré. E-mail: camicps@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR/Litoral.  
adrianachsilva@gmail.com

<sup>3</sup> Aluna do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR/Litoral.  
mayaracristine1994@gmail.com

<sup>4</sup> Aluna do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR/Litoral.  
adrianachsilva@gmail.com

**Keywords:** Field education, school closure, public school

## Introdução

Este artigo apresenta o movimento que os sujeitos do campo, veem construindo frente ao debate da educação do campo no município de Cerro Azul. Damos centralidade ao processo de fechamento de escolas colocado em pauta, pela esfera governamental, desde 2015.

A construção do debate da Educação do Campo em Cerro Azul, tendo como foco o objeto do texto – que é o fechamento de escolas; iniciou com as investigações que o coletivo do NUPECAMP<sup>5</sup>, por meio do projeto<sup>6</sup> OBEDUC (Observatório de Educação), vem desenvolvendo desde 2013. O projeto beneficiou uma professora da rede municipal de educação para que participasse como bolsista no projeto, a qual contribuiu para a participação efetiva nas formações continuadas no município. Tais formações envolveram a comunidade escolar, suscitaram reflexões importantes no âmbito da formação político-pedagógica na qual os sujeitos debateram sobre o histórico da educação rural e da educação do campo, frente a realidade na qual se inserem.

Algumas potencialidades do município podem ser destacadas para justificar nossa atenção neste artigo: 1) apresenta a diversidade camponesa de agricultores familiares, quilombolas, meeiros e trabalhadores assalariados, 2) é um município em que a maioria da população está envolvida economicamente na agricultura, 3) é um dos municípios da RMC que mais têm escolas públicas localizadas no campo, sendo que em 2015 haviam 30 municipais e 1 estadual, 4) localiza-se na região do vale do Ribeira, apresentando um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do Paraná, e além disso 5) tem um polo

---

<sup>5</sup> Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo Movimentos Sociais e Práticas Pedagógicas.

<sup>6</sup> Aprovado pelo edital 049/2012, e financiado pela CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior). O principal objetivo do projeto é realizar o diagnóstico da educação do campo na Região Metropolitana de Curitiba e atuar na intervenção da reestruturação dos projetos político-pedagógicos, partindo de pressupostos político-pedagógico cunhado pelos movimentos de trabalhadores do campo.

da Universidade Federal do Paraná/Litoral, que vem contribuindo para os processos formativos da Educação Superior em universidade pública e contribui para o movimento que as comunidades estão construindo – posicionando a favor da escola pública localizada no campo. Além disso, temos na RMC a participação da Articulação Paranaense Por Uma Educação Básica do Campo tendo o NUPECAMP o coletivo representante que iniciou as intervenções neste contexto.

Ao destacar o movimento contra o fechamento de escolas é fundamental debater sobre a organização do trabalho pedagógico das mesmas. Uma das questões centrais é que a maioria das escolas do município de Cerro Azul são multisseriadas e esta condição tem provocado uma frente contrária a esta organização. Desde o início da pesquisa desenvolvida pelos integrantes do OBEDUC, já havia o posicionamento da esfera governamental sobre a possibilidade de fechamento das escolas multisseriadas tendo em vista a visão negativa (e equivocada) sobre o funcionamento das mesmas.

Este artigo é desenvolvido por professoras que estão mobilizadas a contribuir com o movimento a favor das escolas públicas localizadas no campo. Reflete uma perspectiva teórico-metodológica em desenvolvimento, promovida desde a articulação da universidade e a escola pública e, na concepção da educação do campo, numa dimensão que compreende a organização da comunidade como condição fundamental para a efetivação de direitos e de transformação social.

Fechar escola é um crime, mas quando a escola não cumpre sua função social, temos apenas a simulação da sua existência. O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem nos ensinado que a escola não cabe no espaço físico construído pela esfera governamental, a escola é um dos territórios educativos, é a expressão de sentidos e significados coletivos, é espaço de identidade, de luta, de reconhecimento, de produção de vida, de sistematização, de conhecimento e de transformação. A escola não se faz apenas entre professor e aluno, mas sim num exercício coletivo: uma escola pública do/no campo.

Este artigo se estrutura em três partes: na primeira daremos um destaque às produções coletivas que têm se dedicado a dar atenção a educação do campo na RMC, na segunda apresentamos o movimento que

está acontecendo em Cerro Azul. Por fim, tecemos algumas considerações finais sobre o que o fechamento de escolas tem representado, mediante a leitura da concepção da educação do campo.

### **A educação do Campo na Região Metropolitana e o município de Cerro Azul**

As pesquisas sobre a Educação do Campo cresceram muito a partir dos anos de 1998, principalmente sobre a realidade das escolas em assentamento e acampamentos, ou até mesmo das experiências construídas na pedagogia do movimento, assim como discute Souza (2017). A educação do campo é, portanto, uma experiência construída pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Esta realidade contribuiu para a construção da Política Nacional de Educação do Campo, por meio do decreto nº. 7352 de 2010. Assim, ao ser configurar no âmbito legal, começa a refletir nos municípios rurais que não guardam vínculo expressivo com os movimentos sociais.

Algumas experiências da educação do campo são experienciadas por meio dos programas governamentais, destacamos que, desta forma, não cabem na concepção de educação do campo por si só. Acreditamos que é importante acontecer o debate coletivo e que a gênese da educação do campo precisa estar em discussão para contribuir com a organização dos sujeitos do campo. Além disso, é fundamental que os direitos sociais sejam a principal pauta para a efetivação da justiça social. Outra questão é pontuar o projeto de campo existente na sociedade e envolver a dimensão política no olhar pedagógico, portanto ter na escola uma estratégia articulada à realidade que se quer, coletivamente.

Como nosso debate neste artigo insere-se na realidade de um município da RMC, e compreendendo que a pesquisa que desenvolvemos tem forte vínculo com o movimento que vem se consolidando nesta região vamos destacar um pouco das pesquisas desenvolvidas, em especial aquelas que estiveram ligadas à educação do campo no município de Cerro Azul, desde a leitura do paradigma construído pelos movimentos sociais do campo, ou seja, fruto da luta dos camponeses.

Se tratando da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), observamos, a partir dos escritos de Souza (2017) que a maior atenção dada a esta região foram as pesquisas desenvolvidas no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná<sup>7</sup>. Constatou-se a existência de 21 pesquisas defendidas sobre a educação do campo na RMC, 5 de Doutorado e 17 de mestrado. Os professores que orientaram as pesquisas são: Doutora Maria Antônia de Souza 3 pesquisa de doutorado e 12 pesquisas de mestrado, Doutora Maria Arlete Rosa 1 pesquisa de mestrado e 1 de doutorado, Doutora Maria de Fátima Rodrigues Pereira 1 pesquisa de mestrado e 1 de doutorado, Doutora Maria Cristina Borges da Silva 2 pesquisa de mestrado, e Doutor Geyso Dongley Germinari 1 pesquisa de mestrado.

As pesquisas<sup>8</sup> desenvolvidas neste programa pautaram-se no debate teórico-metodológico da educação do campo nos municípios: Araucária, Tijucas do Sul, Fazenda Rio Grande, Lapa, Cerro Azul, Rio Brando do Sul, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Piraquara, Campo Magro, Contenda e algumas pesquisas buscaram refletir sobre a realidade das escolas públicas da RMC.

Dentre as pesquisas, as que mais se aproximam do debate que intencionamos destacar neste artigo, são as duas: 1) a dissertação intitulada “a política de fechamento de escolas localizadas no campo na RMC” desenvolvida por Pereira (2017) e 2) a tese intitulada “ensino e aprendizagem em escolas rurais multisseriadas e as contribuições da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica” desenvolvida por Pianoviski (2017). Ambas

---

<sup>7</sup> Algumas pesquisas defendidas no programa da Universidade Tuiuti do Paraná não centralizaram o olhar para a RMC, todavia contribuíram para consolidar a discussão sobre a educação do campo, a exemplo da primeira pesquisa defendida na universidade Tuitui do Paraná com o tema “educação do campo no MST” que foi de Iurczak em 2007 com o título: “Escola Itinerante: uma experiência de educação do campo no MST”, o autor buscou compreender como se dão as práticas educativas no contexto das escolas Itinerantes e analisou a experiência do trabalho com temas geradores (Iurczak, 2007). Outro exemplo é a pesquisa de Carmen Silva Machado que em 2009 apresentou a pesquisa intitulada “Educação Do Campo: expressividade corporal na prática educativa”, a autora problematizou a “a prática educativa envolta pela expressividade corporal em uma escola de assentamento o de reforma agrária, em Rio Bonito do Iguaçu, no Estado do Paraná” (MACHADO, 2009). Certamente estas pesquisas contribuíram para fortalecer o coletivo de pesquisadores que se aproximavam do Núcleo de pesquisa NUPECAMP, que à época era um grupo.

<sup>8</sup> As pesquisas podem ser consultadas em: <  
<http://universidadetuiuti.utp.br/nupecamp/index.asp>>.

orientadas pela professora Doutora Maria Antônia de Souza, vinculadas ao projeto de pesquisa OBEDUC 049/2012 financiado pela CAPES.

Pianovski (2017) pautada pela Psicologia Histórico Cultural (VIGOTSKI, LURIA e LEONTIEV), na Pedagogia Histórico-Crítica discutida por Dermeval Saviani e Newton Duarte e, na Pedagogia do Movimento discutida por pelos teóricos da Educação do Campo, apresenta a realidade de escolas multisseriadas em Cerro Azul e defende que a organização heterogênea pode ser um mecanismo para um ensino de qualidade. Todavia é necessário pensar num movimento mais amplo para que as escolas multisseriadas desenvolvam um trabalho que possibilite um processo de ensino e aprendizagem efetivo.

Destacamos que as escolas multisseriadas têm sido alvo principal para a defesa do fechamento das escolas tendo em vista uma leitura equivocada sobre o seu funcionamento. Na leitura apresentada para a defesa do fechamento das escolas, a organização multisserie causa prejuízo à formação das crianças, pois não atende a determinação mínima das 800 horas anuais e os 200 dias letivos prevista da LDB nº. 9394 de 1996. Esta explicação é equivocada, uma vez que entende que os professores trabalham com conteúdos fragmentados e isolados em função das séries que as crianças estão matriculadas.

Entendemos ser contraditório um município contar com 30 escolas localizadas no campo, com o exercício da prática pedagógica pautada na organização multisseriada, e ao mesmo tempo não compreender o seu funcionamento, não ter uma diretriz curricular de acordo com a realidade e não potencializar o trabalho das professoras nas escolas. A intenção é realizar o fechamento das escolas para padronizar a organização das escolas em series.

Pianovski (2017) defende que as turmas heterogêneas (multisseriadas) não podem ser constituídas com a junção de séries com vários planejamentos, elas têm que contemplar um funcionamento que atinja os alunos em conjunto, desenvolvendo outras formas de conduzir o ensino, onde os alunos possam interagir uns com os outros; e isto é positivo para o desenvolvimento. As experiências com ciclos de formação humana das Escolas Itinerantes do Paraná vem nos mostrando esta condição.

Além disso, o ensino em turma heterogênea (alunos de diferentes séries) é mais avançado que o ensino que segue a lógica seriada porque

permite lidar com o conhecimento de forma integrada e não fragmentada. Pianovski (2017) explica isto não vem acontecendo, porque os professores apresentam fragilidades na sua formação inicial e continuada. A esfera governamental, tendo a perspectiva economicista<sup>9</sup>, ao invés de investir no estudo sobre estas escolas prefere fechá-las.

Pereira (2017) destaca que o movimento de fechamento das escolas é o resultado de várias políticas que se materializam na realidade dos municípios sendo o resultado final de um projeto de campo, que é capitalista. Pois, ter escola é um mecanismo de resistência ao avanço do agronegócio, então a escola constitui uma dimensão própria da vida dos trabalhadores.

Segundo dados do Censo Escolar 2015, desde 1995 a 2015 a RMC contou o fechamento de 600 escolas localizadas no campo (BRASIL, 2015). O que demonstra que há um projeto de campo e de sociedade pautado na escolha desta ação. Observa-se que em Cerro Azul não há movimentos sociais, as entidades ligadas aos agricultores desconhecem a concepção da educação do campo (sindicatos, cooperativas financiadas) e não dialogam com o setor de educação, nem com as escolas localizadas no campo. Concomitantemente, há iniciativas da universidade e da articulação paranaense para provocar os processos formativos que compreendam a participação da comunidade. Os avanços da Educação do Campo no Paraná devem-se ao cenário de diálogo entre os coletivos e a esfera governamental, porém com a entrada de um projeto conservador os desafios aumentam e perdem-se as conquistas. Estamos destacando a conjuntura política em todos os âmbitos de governabilidade.

Principalmente no município de Cerro Azul, o processo de construção de pequenas centrais hidrelétricas tem sido o principal mote para a intenção de fechamento de escolas localizadas no campo. Há a organização de frentes populares para a sensibilização da comunidade em relação aos impactos ambientais e sociais desta ação. Houve diversas audiências públicas e o assunto tem sido debatido nos espaços coletivos. A exemplo do III Encontro das Turmas da Licenciatura em Educação do Campo da UFPR/Litoral, que teve

---

<sup>9</sup> Tendo a leitura neoliberal, a economia financeira é realizada quando se trata dos trabalhadores, pois quando há ações que privilegiará um grupo empresarial não se tem a mesma leitura de economizar recursos públicos.

a apresentação da mesa de debate “A Luta contra o Fechamento das Escolas do Campo e a Questão das Barragens no Vale do Ribeira”, no dia 2 de setembro. Destacamos, também, o apoio do Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), do Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (CEDEA), Ministério Público do Meio Ambiente, e atores políticos que auxiliam os debates coletivos.

Importante ressaltar que esta discussão, sobre a construção de Centrais Hidrelétricas não é algo recente, é uma luta antiga desde a década de 1989 que visa o alagamento de áreas rurais em que residem inúmeros trabalhadores. A resistência coletiva é a possibilidade de impedimento da sua materialização, todavia observa-se a ameaça às lideranças de Cerro Azul.

Observa-se que o fechamento das escolas insere-se num debate mais amplo do que o exercício de desativação institucional. Há uma ofensiva à produção pedagógica de organização das escolas e da produção de vida camponesa em função de um projeto de campo capitalista. A próxima parte do texto anunciará o município de Cerro Azul e o processo de fechamento das escolas.

### **Fechamento de Escolas Localizadas no Campo: município de Cerro Azul**

*Cerro Azul é lugar de camponeses com vínculo com a terra, com a produção de alimentos, com a produção de vida. Quando dizem que vão fechar as escolas, esquecem que aqui tem gente, esquecem de nós, dos nossos filhos... não podemos deixar que fechem as nossas escolas (fala emocionante de um morador em uma reunião com a comunidade para debater o processo de fechamento de escolas).*

O município de Cerro Azul localiza-se na área norte da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. É um município eminentemente rural, marcado pela ampla extensão territorial. Cerro Azul possui 1.341,323 km<sup>2</sup> e é o terceiro maior município da Região Metropolitana de Curitiba ficando atrás da Lapa que tem 2.097,751km<sup>2</sup> e de Adrianópolis que tem 1.341,334km<sup>2</sup>. Cerro Azul faz parte do vale do Ribeira e possui cerca de 17.821 mil habitantes e tendo 13,29 hab/km<sup>2</sup> (IPARDES, 2016). Na imagem a seguir, pode-se observar a localização do município de Cerro Azul em relação ao Estado do Paraná, no destaque em cinza escuro:



**FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE CERRO AZUL – ESTADO DO  
PARANÁ**

Fonte: IPARDES, 2016.

Em relação à atividade produtiva, o reflorestamento destaca a produção no município sendo que Cerro Azul que é um dos maiores produtores da RMC e do estado do Paraná. Em 2015 havia 1.529,78 hectares ocupados por Eucalipto e cerca de 24.417,44 hectares de Pinus (Instituto de Florestas do Paraná, 2015). Além disso, é um grande produtor de Ponkã, laranja, milho e mandioca (IPARDES, 2016).

Conforme já apresentamos, algumas discussões, que são históricas, sobre a construção de pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) na Região do Vale do Ribeira, têm incorporado o trabalho desenvolvido entre a escola e a comunidade contra o movimento do fechamento das escolas. A comunidade tem se organizado para lutar por direitos coletivos, e tem compreendido que o fechamento de escolas não pauta-se apenas no processo técnico da desativação, mas que tem relação expressiva com o projeto de campo capitalista existente no município no Paraná e no Brasil, assim como discute Pereira (2017).

As escolas multisseriadas localizam-se na comunidade, a maioria delas conta com uma professora e uma merendeira que são moradoras da localidade

que estudaram ali, também. As escolas são uma referência para a comunidade que reúne o coletivo, que dá sentido para viverem ali. Ao pensar no fechamento das escolas é importante retomar que, o município de Cerro Azul tem uma área territorial extensa e que o fechamento de escolas, além de impulsionar a indústria de transporte escolar contribuirá para o longo deslocamento das crianças.

A comunidade, ao saber sobre o fechamento das escolas recorreu aos coletivos que atuam no município, e o NUPECAMP tendo representação de seus integrantes foram chamados a contribuir para o debate local. As reuniões coletivas foram realizadas nas comunidades: Pinhal Grande, Barra do Macucu, Taquara, Terceiro da Bomba e Ribeirão Bonito do Turvo. Em ambas as comunidades, distribuimos o jornal da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo que destaca, dentre outras questões, os aspectos legais para o impedimento do fechamento das escolas desde a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394 de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, as Diretrizes Nacionais da Educação do Campo e a Política Nacional da Educação do Campo decreto presidencial nº. 7352 de 2010.

As discussões coletivas suscitaram em Cartas Denúncias sobre o que estava acontecendo em cada comunidade, indicando a reivindicação das trabalhadoras e trabalhadores do campo em relação ao fechamento das escolas. Além disso, a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo solicitou junto à Promotoria de Justiça uma reunião para que a comunidade apresentasse a denúncia sobre o processo de fechamento de escolas, à maneira que vem acontecendo.

A resposta do ministério Público veio a partir do ofício 076/2017 em que o debate sobre o fechamento das escolas e as fragilidades encontradas na organização pedagógica (anunciada pela secretaria de educação) já havia sido debatida junto à promotoria, aos vereadores e à população interessada, tendo em vista o prejuízo pedagógico observado e constatado pelos proponentes do fechamento das escolas. Segundo o documento:

Tal projeto se fundamenta na constatação de que os alunos de séries multisseriadas receberiam pouco mais de 30 dias letivos por ano (considerando-se o tempo de aula que o professor dispensaria para cada aluno, em diferente nível de instrução, na sala multisseriada). [...] foi apresentado o relatório demonstrando que – das 4 horas

diárias de estudo e por força de estruturação das salas multisseriadas – o aluno receberia efetiva instrução por pouco mais de 40 minutos diários.

Além disso, destacou-se o fracasso escolar dos alunos oriundos das escolas localizadas no campo, sendo que “muitos adolescentes entre 12 e 17 anos sabiam apenas ‘desenhar’ o primeiro nome”, esta constatação é oriunda de dados do Colégio Estadual Princesa Isabel. A promotoria indica ainda que a evasão escolar tem relação íntima com a organização multisseriada, sendo que um adolescente de 17 anos relatou que sentia vergonha em dividir a turma com crianças menores.

Lembramos que a organização do calendário escolar do município não leva em conta as demandas da realidade local, uma vez que os períodos de safra não são considerados, contribuindo para a evasão escolar. Destacamos que, a agricultura familiar envolve a participação coletiva e que o trabalho no campo pauta-se na perspectiva da valorização da identidade, cooperação e sustentabilidade. É uma defesa que o trabalho pedagógico esteja intimamente relacionado à produção da vida das crianças e dos trabalhadores. Assim como está expresso no artigo 2º do Decreto 7352 de 2010, sobre os princípios da Educação do Campo:

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. (BRASIL, 2010)

A promotoria indica ainda que, o projeto de fechamento de algumas escolas causou um desconforto por conta de ser um projeto recente. Nesta lógica observamos que foi um projeto da esfera governamental, sem a participação da comunidade e pautada na lógica tradicional de educação. As comunidades que acessam as escolas não participaram da apresentação sobre o projeto de fechamento das escolas, apenas foram informados da sua possível desativação.

Compreendemos a preocupação da promotoria de justiça de Cerro Azul em efetivar uma educação de qualidade, pautada na efetivação de direitos. Ocorre que o artigo 7º do Decreto Presidencial 7352 de 2010 que trata sobre o

desenvolvimento e manutenção da Política de Educação do Campo, destaca a “organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental” (BRASIL, 2010). Anunciando que a organização heterogênea tem íntima relação com a educação de qualidade, tendo em vista as possibilidades de construção coletiva do conhecimento historicamente produzido.

Compreendemos que, para que se tenha qualidade efetiva é fundamental é a atenção da esfera governamental para a formação continuada, para estudos contínuos, para o diálogo entre os atores da produção da educação no município frente à realidade das escolas localizadas no campo.

Tendo em vista a preocupação da promotoria em relação à qualidade educacional, apontamos que há uma precariedade expressiva na formação continuada de professores. O Decreto Presidencial nº. 7352 de 2010 ressalta a necessidade de “formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo” no capítulo VI. Assim, tendo em vista os índices negativos acusados pelos proponentes do fechamento das escolas, observamos que é necessário o desenvolvimento emergencial de uma política de formação continuada de professores, para cumprimento quanti-qualitativo dos resultados educacionais.

O município de Cerro azul carece da oferta de outras etapas da Educação Básica, sendo: a Educação Infantil, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A atenção à oferta educacional precisa ser o principal debate da esfera governamental, para garantir o acesso à todas as etapas da Educação Básica e na sequência que garanta o acesso ao Nível Superior. Esta é a principal pauta, ou seja, é tensionar o Estado para a ampliação e abertura de instituições para garantir uma educação plena voltada à integralidade formativa dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido a população estará protegida em função de seus direitos sociais, no que tange o acesso e permanência à educação pública.

Tendo em vista o modo como a intenção de fechamento de escolas vem sendo anunciada, observamos que não está sendo cumprindo o exercício da Lei nº 12.960 de 2014 em que apresenta:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).

Os passos são: a justificativa da secretaria, diagnóstico do impacto do fechamento das escolas e a manifestação da comunidade escolar. Ocorre que nas 5 comunidades em que realizamos reunião coletiva, nenhum trabalhador recebeu a orientação para manifestar-se em relação a intenção do fechamento das escolas, a ação da esfera governamental voltou-se apenas em tom informativo da desativação das escolas.

Com a proposta de fechamento de escolas, muitos educandos e educandas precisam percorrer longas distancias para chegar nas escolas. E se tratando de alunos de 5 a 10 anos esse percurso se torna muito perigoso, pois as estradas são péssimas de qualidade e, as intempéries climáticas impossibilitam o acesso às escolas. Outras demandas são o acompanhamento de monitoria para garantir a segurança dessas crianças até a escola, também são necessários veículos de qualidades e motoristas especializados.

O direito dessas crianças em permanecerem em suas comunidades é impugnado quando as escolas são fechadas, pois com o deslocamento e a organização seriada, voltada ao modelo urbanocêntrico, distancia-se da cultura camponesa, a escola afasta-se do conhecimento da realidade das crianças. E em Cerro Azul, cada comunidade tem sua peculiaridade, seus costumes e suas formas de organização e relação com o meio, ou seja, cada território tem um sentido próprio voltado à vida dos sujeitos.

A escola tem a função social de articular o conhecimento da realidade para a sua transformação, assim como destaca Vechia (1998, p. 2) sobre a escola, que é:

[...] a instituição à qual as comunidades reservam o papel de transmitir sua herança cultural, seus conhecimentos e valores acumulados, de uma geração para outra, de forma sistemática e organizada. Assumindo-se que a sociedade e a cultura encontram-se em processo de mudança contínuo, em função do tempo e/ou do meio, a escola deve refletir os valores e anseios acalentados, as mudanças exigidas em função dos conflitos vivenciados dentro e fora da comunidade.

Destacamos que não há valorização do campo enquanto projeto para a produção de vida. Diferente disso, o campo é visto desde a lógica mercadológica e a vida dos sujeitos não é observada. Exemplo expressivo é o Plano Municipal de Educação Lei nº 008/2015 que na meta 6 indica duas estratégias que anunciam a intenção de reorganização das escolas localizadas no campo. Na estratégia 6.2 há intenção de abertura de duas escolas, uma na cidade com a oferta de 12 turmas e outra no campo para oferta de 6 turmas e, na estratégia 6.5 observa-se a intenção de “articular a integração das escolas do campo com a organização uni-seriada para oferecer um ensino de qualidade, com profissionais habilitados” (CERRO AZUL, 2015).

Um destaque para o relato de que ofertarão profissionais habilitados com as escolas seriadas, indaga-se se haverá concurso público para contratação de professores, ou se os professores que já atuam nas escolas continuarão atuando na escola seriada. Verifica-se que a problemática anunciada é a organização heterogênea e não a formação docente.

Ao proporem a articulação das escolas que são multisseriadas para a organização seriada entendemos ser um retrocesso para o desenvolvimento integral das crianças, uma vez que já foi anunciado que a aprendizagem coletiva é o mais alto nível de apropriação do conhecimento, principalmente por envolver a realidade das crianças nos debates e de não haver a hierarquização do conhecimento.

Verificamos que a educação pública necessita de atenção, tendo em vista os índices quanti-qualitativos e que é possível fazer avançar a apropriação do conhecimento vinculado à prática social camponesa. E, como destaca Hage (2014, p. 1174) exige “uma intervenção urgente e substancial nas condições objetivas e subjetivas de existência dessas escolas”.

Em se tratando de uma análise sobre as classes multisseriadas no Brasil, Hage (Op. cit) explica a problemática voltada à estas escolas:

Esse quadro, em grande medida, é resultante da falta e/ou ineficiência de políticas públicas, em particular da política educacional para o meio rural, situação que envolve fatores macro e microestruturais relacionados, como a profunda desigualdade e exclusão social e o fracasso escolar dos sujeitos do campo, expresso nas taxas elevadas de distorção idade-série, de reprovação e de dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, entre outras

situações e fatores que comprometem o ensino e a aprendizagem nas escolas rurais com turmas multisseriadas.

O autor explica o desconhecimento da realidade do campo, das classes multisseriadas e em consequência: a ausência de políticas para o exercício educacional destas escolas. Partilhamos desta discussão ao acompanhar a realidade do município de Cerro Azul, uma vez que a própria Diretriz Curricular municipal é organizada na lógica seriada, sendo que as escolas localizadas no campo organizam sua prática na perspectiva multisserie. Em outras palavras, a realidade das escolas não é contemplada no documento norteador pedagógico.

O município conta com inúmeras fragilidades, a evasão escolar, a ausência de discussões sobre práticas pedagógicas heterogêneas, a formação inicial e continuada distanciada da realidade do campo, falta de concurso público, ausência de materiais didáticos críticos, entre outros. Percebemos que, ainda com a organização multisserie, as crianças incorporam o senso crítico e o potencial coletivo de interação social. O movimento conservador da educação e, principalmente as fortes marcas da educação tradicional fortalece o individualismo, a competitividade e transfere o avanço ou o retrocesso da aprendizagem para cada sujeito. É um olhar fragmentado da realidade, portanto distanciada da formação humana. É a visão urbanocêntrica que indica que o campo é um lugar vazio, de atraso e a cidade é o lugar do sucesso, do desenvolvimento.

Os camponeses sofrem diversas violências aos direitos sociais, desde a saúde, segurança, educação, mas o fechamento das escolas vem atingindo de forma avassaladora as comunidades. Esse é o olhar dos camponeses, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo que produzem a vida, que vivem no campo e que enxergam a terra, o trabalho e a identidade rural com sentido próprio à sua existência.

A escola pública precisa ser compreendida desde a lógica da educação pública. O fechamento de escolas precisa atender a manifestação da comunidade escolar, e mais que isso é preciso problematizar o projeto de campo que se tem e que quer.

### **Considerações finais**

Constatamos que o fechamento de escolas em Cerro Azul anuncia-se em tom informativo da sua desativação que ocorrerá para separar as crianças em turmas seriadas. A atitude da secretaria é de mostrar aos professores uma visão negativa sobre estas escolas e, percebemos uma relação de subalternidade nas relações com os professores, culpabilizando-nos pelos fracassos pedagógicos.

Fechar escola em uma comunidade é uma atitude desastrosa porque a escola é uma referência, um ponto de apoio e de luta por direitos. Outro ponto importante a destacar é que estas crianças terão que ser deslocadas de suas comunidades; será que o município tem transporte adequado para atender toda demanda, e com condições? Os trabalhos de campo e a vivência coletiva indicam que é necessário muito avanço estrutural e de políticas públicas.

Quando a comunidade foi informada sobre o fechamento de escolas, foi recorrido à promotoria pública da comarca de Cerro Azul, que já havia dialogado com a Secretaria de Educação e estava com a justificativa pedagógica para o fechamento de escolas, tendo em vista o argumento sobre o rompimento dos direitos previstos na Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394 de 1996 relacionado às horas e os dias letivos mínimos anuais. Ocorre que a Secretaria de Educação não observou a Política Nacional da Educação do Campo nº. 7352 de 2010 e não compreende o processo de ensino e aprendizagem, desde a lógica da organização heterogênea. Observamos então, a falta de conhecimento da produção da Educação do Campo no Brasil, a fragilidade da compreensão da dimensão da educação, e que o olhar da esfera governamental volta-se apenas para a escola.

Outros argumentos oriundos da Secretaria de Educação referem-se ao processo de ensino das escolas localizadas no campo. Apresentaram a produção escrita muito fragilizada de algumas crianças que estudam no 6º ano, algumas que nem estavam alfabetizadas. Observamos que a qualidade da educação depende de muitos fatores, desde a formação inicial, continuada, políticas públicas, acompanhamento político-pedagógico da secretaria de educação, a existência de um currículo que atenda a demanda da realidade das escolas do município, entre outros. E, que não se referem apenas ao trabalho do professor. Em outras palavras, defendemos que as escolas precisam de melhorias político-pedagógicas para avançar no processo de



ensino e aprendizagem, mas que o fechamento das mesmas não é a solução para as fragilidades educacionais.

Realizamos atividades coletivas de formação continuada em algumas escolas e observamos que a condução do ensino não funciona como a secretaria alega (dividido em horários por turma), as professoras organizam seu ensino, de outra forma, sem divisão; e para tanto vem apresentando projetos muito bem sucedidos. Por que não aproveitam a experiência dos próprios professores do município para qualificar o ensino em classes multisseriadas?

É importante destacar que a organização heterogênea necessita de apoio e recursos para os professores desenvolverem seu trabalho, o que não poderia ser feito tendo em vista a ausência de debate e interesse no município. Contraditoriamente, ao inserirmo-nos nas escolas para desenvolver as investigações observamos as experiências desenvolvidas pelos professores e a necessidade de apoio e aprofundamento teórico.

Partilhamos da concepção que esta discussão está atrelada a um atendimento voltado aos povos do campo, tensionada entre escolher duas opções. De um lado a escola isolada de outro o fechamento. Não há intencionalidade de oferecer aos estudantes melhores condições educacionais. Compreendemos que esta é uma luta por um projeto dos trabalhadores e trabalhadoras, que não cabe, apenas, na ação da esfera governamental. O que defendemos, principalmente, é que a escola mantenha-se aberta e que seja visibilizada na agenda política do município com melhores condições estruturais, pedagógicas e que se construam outras possibilidades de avanço a outras etapas e níveis educacionais. Contraditoriamente, há um projeto municipal que compreende que o capitalismo agrário é a solução para o desenvolvimento. Nesta lógica, o texto, ainda que de modo inicial, buscou anunciar o movimento do real intencionando contribuir para que a luta se consolide e que o projeto dos trabalhadores esteja na pauta do Estado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº. 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov.

BRASIL, **LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Escolar**. 2015. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-esc>>. Acesso em 19 de mai. de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CERRO AZUL. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 008/2015. 2015.

HAGE, Salomão Muffarej. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. Rev: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1165-1182, out.-dez., 2014.

IPARDES, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico: município de Cerro Azul**, 2016.

INSTITUTO DE FLORESTAS. **Mapeamento dos Plantios Florestais do Estado do Paraná 2015**. Disponível em:

<[www.florestasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48](http://www.florestasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48)>  
> acesso em 28 abr. 2017.

IURCZAKI, Adelmo. **Escola Itinerante: uma experiência de educação do campo no MST**. Dissertação (Mestrado em Educação). 269 folhas. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2007.

MACHADO, Carmem Silva. **A expressividade dos corpos na prática educatua na escola do campo**. 180 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2009.

PEREIRA, Camila Castiliano Pereira. **A política de Fechamento de Escolas no Campo na Região Metropolitana de Curitiba**. 192 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2017.

PIANOVSKI, Regina Bonat. **Ensino e Aprendizagem em Escolas Rurais Multisseriadas e as Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-crítica**. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2015**. 2ª edição revisada, atualizada e ampliada. Curitiba: UFPR, 2017.

VECHIA, Ariclê. **Imigração e educação em Curitiba: 1853-1889**. 1998. 339 folhas. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.